

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO ESTADO DE MATO GROSSO – SES/MT.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 426462/2021

RECORRENTE: EXPECTA SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA
RECORRIDA: SOLUMINAR SERVICE LTDA

EXPECTA SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.985.034/0001-00, sediada na Avenida Carmino de Campos, nº 146, Centro Carmino da Construção - Sala 49-B, Bairro Jardim Petrópolis, CEP 78.070-100, em Cuiabá/MT, por seu representante legal que ao final subscreve, vem, respeitosamente, à ilustre presença de Vossa Senhoria, com fundamento no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal no 10.520/2002 e art. 44, do Decreto Federal nº 10.024/2019, bem como no item 12.2.3 do Edital em epígrafe, afim de interpor, tempestivamente,

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão proferida por este(a) douto(a) Pregoeiro(a) que declarou a empresa SOLUMINAR SERVICE LTDA, como habilitada e VENCEDORA do LOTE 01, nos autos do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2021 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 426462/2021), o que faz com fundamento nas razões fáticas, técnicas e jurídicas, adiante aduzidas e articuladas.

I – DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, comprova-se a tempestividade da presente peça recursal, tendo em vista o prazo final para apresentação das razões recursais, constante da Ata de Realização do Pregão, qual seja às 23:59 horas, do dia 07/12/2021 (terça-feira), nos termos do que dispõe o art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal no 10.520/2002, art. 44, do Decreto Federal nº 10.024/2019 e o item 12.2.3 do Edital em epígrafe.

Portanto, sendo tempestiva a presente peça apelativa, há de ser acolhida e apreciada, por estarem presentes os seus pressupostos de admissibilidade.

II – DOS FATOS SUBJACENTES

Versam os autos, sobre processo licitatório (Processo Administrativo nº 426462/2021), instaurado esta SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO ESTADO DE MATO GROSSO – SES/MT, sob a modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MAIOR DESCONTO DO GRUPO, identificado com o nº 072/2021, tendo por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada, sob demanda, para prestar serviços de engenharia, COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO (%) a ser aplicado na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada SINAPI (desonerada) vigentes, nas edificações das unidades da Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso, acrescido do BDI, em conformidade com as condições, quantidades e exigências no Edital e seus anexos.

Durante a sessão pública eletrônica, em fase de análise e julgamento das propostas de preços e dos documentos de habilitação, a empresa SOLUMINAR SERVICE LTDA, ora Recorrida, foi declarada habilitada/classificada e vencedora do LOTE 01, com percentual de desconto ofertado de 20,10%.

Ocorre que esta decisão não merece prosperar, eis que declara vencedora do certame uma empresa que não reúne condições de ser habilitada, violando e ferindo de morte a legislação pertinente, bem como infringe as próprias regras editalícias.

Neste sentido, em que pese o respeito e o acatamento nutrido por este(a) notável Pregoeiro(a), a Recorrente, inconformada com a decisão levada à efeito, já pedindo adiantadas vênias, vem, respeitosamente, perante Vossa Ilustre Senhoria, expor e requerer o que segue, pugnando ao final pela reconsideração da decisão exarada nos autos, como medida de legalidade e justiça.

III – DOS FUNDAMENTOS RECURSAIS DE REFORMA

A) DA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA (PERCENTUAL DE DESCONTO) APRESENTADO PELA EMPRESA SOLUMINAR SERVICE LTDA PARA O LOTE 01.

Durante a fase de lances, a empresa SOLUMINAR SERVICE LTDA ofertou o PERCENTUAL DE DESCONTO de 20,10% para o LOTE 01, vindo a sagrar-se vencedora.

Ocorre que a proposta, representada pelo percentual de desconto ofertado pela Recorrida, revela ser manifestamente inexequível, sendo incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, conforme será nesta peça recursal.

De início cumpre mencionar que a empresa SOLUMINAR SERVICE LTDA descumpriu o item 7.2. do Edital, ao não aplicar o percentual de desconto sobre a Planilha SINAPI (desonerada) VIGENTE no estado de Mato Grosso. Vejamos:

7.2 As propostas serão avaliadas para cada um dos 05 grupos existentes e será considerada vencedora, a empresa que ofertar o MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO (com duas casas decimais) sobre a Planilha SINAPI (desonerada) vigente no estado de Mato Grosso (cada grupo).

Ora Senhor(a) Pregoeiro(a), ao apresentar sua proposta para análise de exequibilidade, a Recorrida, simplesmente, desconsiderou a Planilha SINAPI VIGENTE na data do certame (Sinapi Setembro 2021) como referência para aplicação do desconto, e utilizou a data base Julho 2021, violando e descumprindo o que determina o Edital.

Se isto por si só não fosse o bastante, ao aplicarmos o percentual de desconto, em cada elemento de custo, em cotejo com o que disciplina a CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO SINDUSCON 2021/2023, a inexecuibilidade do percentual de desconto fica latente, conforme a seguir:

- Vejamos no caso do Eletricista: $8,30 \text{ R\$/H} + 83,92\%$ de encargos horista desonerado, onde $= 15,26 \text{ R\$/H} +$ custas com alimentação, transporte e EPI's. A empresa SOLUMINAR apresentou em sua proposta valor de 14,62 R\$/H.
- Vejamos no caso do Encanador: $8,30 \text{ R\$/H} + 83,92\%$ de encargos horista desonerado, onde $= 15,26 \text{ R\$/H} +$ custas com alimentação, transporte e EPI's. A empresa SOLUMINAR apresentou em sua proposta valor de 14,11 R\$/H.
- Vejamos no caso do Servente $= 5,98 \text{ R\$/H} + 83,92\%$ de encargos horista desonerado, onde $= 10,99 \text{ R\$/H} +$ custas com alimentação, transporte e EPI's. A empresa SOLUMINAR apresentou em sua proposta valor de 11,20 R\$/H, como pretende custear alimentação, transporte e epi's com 0,21 R\$/H?
- Vejamos no caso do Pedreiro $= 8,03 \text{ R\$/H} + 83,92\%$ de encargos horista desonerado, onde $= 14,76 \text{ R\$/H} +$ custas com alimentação, transporte e EPI's. A empresa SOLUMINAR apresentou em sua proposta valor de 14,12 R\$/H.

Veja nobre Pregoeiro(a), apenas com esta simples demonstração acima, é possível verificar que o percentual de desconto ofertado de 20,10%, aplicados sobre os itens de mão de obra, tornam estes inexecuíveis, uma vez que desrespeitam o mínimo estabelecido em convenção coletiva.

Por fim Senhor(a) Pregoeiro(a), mas não menos importante, cumpre dizer que as cotações e orçamentos apresentadas pela Recorrida, para tentar demonstrar a exequibilidade de sua proposta, são insuficientes e limitadas, uma vez que foi apresentado apenas um orçamento por insumo, o que não pode ser considerado válido, pois nestes casos é necessário, no mínimo, 3 (três) propostas/orçamentos, para que se tenha a média ou mediana.

Ademais, além de ter sido apresentado apenas um orçamento por insumo, várias propostas/orçamentos são de fornecedores de outros estados, e não estão contemplados valores de fretes, tributos incidentes e diferenciais de alíquota.

Neste sentido, resta demonstrado que a proposta apresentada pela empresa SOLUMINAR SERVICE LTDA deve ser recusada/desclassificada por ser manifestamente inexecuível.

A propósito, de acordo com o item 9.2 do Edital, será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço manifestamente inexecuível. Vejamos:

9.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, quando se apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexecuível.

O item 9.2.1 do Edital, menciona, de forma expressa, que considera-se inexecuível a proposta que apresente preços incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos. Vejamos:

9.2.1 Considera-se inexecuível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

O art. 48, III, da Lei nº 8.666/1993, é expressa ao determinar que serão desclassificadas as propostas com preços manifestamente inexecuíveis. Vejamos:

Art. 48. Serão desclassificadas:

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexecuíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

A Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), em seu art. 11, III, vai além, ao mencionar que evitar contratações com preços manifestamente inexecuíveis deve ser um dos objetivos do processo licitatório. Vejamos:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexecuíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

O art. 59, ainda da Lei nº 14.133/2021 determina, expressamente, que deverão ser desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexecuíveis. Vejamos:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

A melhor doutrina é uníssona ao mencionar que as propostas inexequíveis devem ser rechaçadas pela Administração Pública, pois, em última análise, revelam-se prejudiciais e nocivas ao interesse e ao erário público. Neste sentido, Jessé Torres Pereira Junior, ao analisar o tema, assim leciona com propriedade:

"Proposta inexequível é aquela que sequer cobre o custo do produto, da obra ou do serviço. Inaceitável que empresa privada (que almeja sempre o lucro) possa cotar preço abaixo do custo, o que levaria a arcar com prejuízo se saísse vencedora do certame, adjudicando-se-lhe o respectivo objeto. Tal fato, por incongruente com a razão de existir de todo empreendimento comercial ou industrial (o lucro), conduz, necessariamente, à presunção de que a empresa que assim age está a abusar do poder econômico." (PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública. p.559).

Marçal Justen Filho, com a maestria que lhe peculiar, ao analisar as consequências de se admitir propostas inexequíveis, ensina que:

"Admitir generalizadamente a validade de propostas de valor insuficiente pode significar um incentivo a práticas reprováveis. O licitante vencedor procurará alternativas para obter resultado econômico satisfatório. Isso envolverá a redução da qualidade da prestação, a ausência de pagamento dos tributos e encargos devidos, a formulação de pleitos perante a Administração e assim por diante. Usualmente, a contratação avençada por valor insuficiente acarretará a elevação dos custos administrativos de gerenciamento do contrato. Caberá manter grande vigilância quanto à qualidade e perfeição do objeto executado e litígios contínuos com o particular, sempre interessado em obter uma solução que propicie a reestruturação da contratação. Logo, as vantagens obtidas pela Administração poderão ser meramente aparentes. No final, a Administração obterá ou um objeto de qualidade inferior ou se deparará com problemas muito sérios no tocante à execução do contrato." (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª edição. Dialética: São Paulo, 2010 – pág. 654-655).

Portanto, diante do exposto, considerando que a empresa SOLUMINAR SERVICE LTDA apresentou proposta (percentual de desconto) manifestamente inexequível, requer seja REVISTA e RECONSIDERADA a decisão deste(a) douto(a) Pregoeiro(a), para declara-la INABILITADA/DECLASSIFICADA, com fundamento no item 9.2 do Edital, voltando a fase de julgamento e prosseguindo com o certame, convocando as demais empresas licitantes subsequentes, na ordem de suas classificações.

B) DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2021 REALIZADO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO – TJ/MT. PROCESSO PARADIGMA. CRITÉRIO EDITALÍCIOS VINCULANTES IDENTICOS. DESCLASSIFICAÇÃO DE EMPRESAS POR APRESENTAREM PERCENTUAL DE DESCONTOS INEXEQUÍVEIS.

Recentemente, a TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO – TJ/MT realizou o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2021, cujo objeto consiste no registro de Preços para eventual contratação de empresa que, sob demanda, prestará serviços de manutenção predial preventiva (realizando visita para fins de levantamento dos serviços de manutenção preventiva e corretivas a serem executadas nas edificações de acordo com os Polos do Poder Judiciário no Estado de Mato Grosso), com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com o maior desconto a ser aplicado em planilhas de serviços e insumos, constantes da TABELA SINAPI.

Observe que o objeto do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2021 realizado pelo TJ/MT é o mesmo do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2021, realizado por esta SES/MT.

A empresa Recorrida - SOLUMINAR SERVICE LTDA, também participou daquele certame realizado pelo TJ/MT onde teve sua proposta desclassificada pela área técnico\demandante, após ser considerada inexequível, por apresentar o percentual de desconto de 16,00%, para o lote 12.

E não foi somente a Recorrida que foi desclassificada após apresentar percentual de desconto considerado inexequível.

Também foram desclassificadas, por terem apresentado percentuais de desconto considerados inexequíveis, várias outras empresas, dentre elas:

- A.W.G COMERCIO E SERVICOS LTDA, com percentual de desconto ofertado de 19,20%;
- NASCIMENTO & ARRUDA LTDA, com percentual de desconto ofertado de 19,20%;
- M D E CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVICOS LTDA, com percentual de desconto ofertado de 17,50%;
- SERRANO CONSTRUÇOES COMERCIO E SERVICOS EIRELI, com percentual de desconto ofertado de 17,20%;
- JRM CONSTRUÇOES EIRELI, com percentual de desconto ofertado de 15,30%;

Senhor(a) Pregoeiro(a), a semelhança entre os dois editais, mais especificamente, quanto à redação dos itens que versam sobre os critérios de julgamento das propostas, são nítidas.

Veja o que dispõe o item 7.5. do Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2021, da SES/MT.

7.5 Como a Planilha SINAPI possui uma grande variedade de possibilidades de serviços e materiais passivos de serem solicitados, destacamos no Anexo IV (do Edital), 10 (dez) Serviços que deverão ter sua comprovação de exequibilidade pela Empresa classificada, através do desconto ofertado como proposta (duas casas decimais). Fica estabelecido que os subitens que compõem os 10 Serviços constantes do Anexo IV (do Edital) deverão ser preenchidos manualmente (apenas os espaços em verde), também com duas casas decimais no seu lançamento. O

total do item deverá corresponder ao percentual de desconto ofertado na proposta. Aceitaremos uma variação de + 0,01 e - 0,01.

Agora veja o que dispõe o item 7.1.1.2. do Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2021, do TJ/MT.

7.1.1.2. Como a Planilha SINAPI possui uma grande variedade de possibilidades de serviços e materiais passivos de serem solicitados, destacamos no Anexo I, 10 (dez) Serviços que deverão ter sua comprovação de exequibilidade pela Empresa classificada, através do desconto ofertado como proposta (duas casas decimais). Fica estabelecido que os subitens que compõem os 10 Serviços constantes do Anexo I deverão ser preenchidos manualmente (apenas os espaços em amarelo), também com duas casas decimais no seu lançamento. O total do item deverá corresponder ao percentual de desconto ofertado na proposta. Aceitaremos uma variação de + 0,01 e - 0,01.

E mais, veja o que dispõe o item 7.6. do Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2021, da SES/MT.

7.6 A equipe Técnica avaliará a planilha demonstrativa fornecida pela Empresa (conforme Anexo IV do Edital) e, em encontrando alguma inviabilidade de execução em pelo menos 01 dos 10 Serviços apresentados (compararemos os valores apresentados com cotações, no mercado do Estado de MT, de fornecedores para CNPJ, além da composição de custos para os profissionais que compõem os 10 serviços planilhados - referência para o Estado de MT), desclassificará a empresa proponente, chamando a empresa subsequente.

Agora veja o que dispõe o item 7.1.1.3. do Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2021, do TJ/MT.

7.1.1.3. A Divisão de Manutenção avaliará a planilha demonstrativa fornecida pela Empresa (conforme Anexo I) e, em encontrando alguma inviabilidade de execução em pelo menos 01 dos 10 Serviços apresentados (compararemos os valores apresentados com cotações, no mercado do Estado de MT, de fornecedores para CNPJ, além da composição de custos para os profissionais que compõem os 10 serviços planilhados - referência para o Estado de MT), desclassificará a empresa proponente, chamando a empresa subsequente;

E ainda, veja o que dispõe o item 7.6.1.1. do Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2021, do TJ/MT.

7.6.1.1 Em razão da dificuldade no preenchimento da planilha constante do Anexo IV (do Edital), compararemos os valores apresentados para os profissionais com o piso salarial especificado na convenção coletiva anterior (comparado a uma atualização), quando o "Site" SINDUSCON MATO GROSSO (trabalhadores da construção civil) disponibilizar uma atualização com data de até 05 dias corridos da data prevista para o Pregão Eletrônico.

Agora veja o que dispõe o item 7.1.1.3.1. do Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2021, do TJ/MT.

7.1.1.3.1. Em razão da dificuldade no preenchimento da planilha constante do Anexo I, compararemos os valores apresentados para os profissionais com o piso salarial especificado na convenção coletiva anterior (comparado a uma atualização), quando o "Site" SINDUSCON MATO GROSSO (trabalhadores da construção civil) disponibilizar uma atualização com data de até 05 dias corridos da data prevista para o Pregão Eletrônico;

Pasmem Senhor(a) Pregoeiro(a), a redação de ambos os editais é a mesma, o que indica que o critério de julgamento quanto à exequibilidade das propostas, ou seja, dos percentuais de desconto ofertados, são, ou pelo menos, deveriam ser, iguais.

Se as regras, condições, exigências e critérios de avaliação e julgamento acerca da exequibilidade das propostas entre os editais PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2021, da SES/MT e PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2021, do TJ/MT, são as mesmas, conforme demonstrado e comprovado acima, admitir, tolerar ou consentir que uma proposta com percentual de desconto de 20,10% seja considerada exequível, enquanto outra com percentual de 16,00% seja considerada inexecuível, no mínimo, requer reapreciação.

Como explicar e como compreender, frisa-se, diante de regras editais idênticas, que o percentual de desconto ofertado pela empresa SOLUMINAR SERVICE LTDA de 20,10% para o LOTE 01 neste PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2021, da SES/MT seja EXEQUÍVEL, quando a mesma empresa SOLUMINAR SERVICE LTDA ofertou o PERCENTUAL DE DESCONTO de 16,00% para o LOTE 12, 17,00% para o LOTE 7 e 19,50% para o LOTE 01, e foi considerada DESCLASSIFICADA por ser INEXEQUÍVEL.

Portanto, diante do exposto, considerando que a empresa SOLUMINAR SERVICE LTDA apresentou proposta (percentual de desconto) manifestamente inexecuível, requer seja REVISTA e RECONSIDERADA a decisão deste(a) douto(a) Pregoeiro(a), para declara-la INABILITADA/DESCLASSIFICADA, com fundamento no item 9.2 do Edital, voltando a fase de julgamento e prosseguindo com o certame, convocando as demais empresas licitantes subsequentes, na ordem de suas classificações.

IV – DOS REQUERIMENTOS

EM FACE DO EXPOSTO, afim de que não se consolide uma decisão equivocada e ilegal, postula a Recorrente, para que se digno a REVER e RECONSIDERAR a decisão exarada nos autos em apreço, nos seguintes termos:

a) REQUER seja a presente peça apelativa RECEBIDA em seu efeito SUSPENSIVO, consoante dicciona o art. 109, §2º, da Lei nº 8.666/93 e art. 168 da 14.133/2021, aplicáveis por força do que dispõe o art. 9º, da Lei nº 10.520/2002;

b) REQUER a juntada e apreciação dos documentos enviados por e-mail (pregao02@ses.mt.gov.br), que instruem esta peça recursal, uma vez que o sistema Comprasnet, não permite anexar documentos;

c) REQUER, seja dado PROVIMENTO ao presente RECURSO ADMINISTRATIVO, afim de que este(a) douto(a) Pregoeiro(a) possa REVER e RECONSIDERAR sua decisão, para declarar INABILITADA/DESCLASSIFICADA a

empresa SOLUMINAR SERVICE LTDA, nos termos requeridos, voltando a fase e prosseguindo com o certame, convocando as demais empresas licitantes subsequentes, na ordem de suas classificações;

d) Caso não seja reconsiderada a decisão ora combatida – o que se admite apenas por cautela e argumentação, REQUER sejam remetidos os autos, instruído com a presente insurgência, à autoridade hierarquicamente superior, havendo de ser acolhido e provido, em todos os seus termos, reformando-se a decisão “a quo”, assim como requerido.

Termos em que,
Pede e Espera DEFERIMENTO.

Cuiabá/MT, 7 de dezembro de 2021.

JOSÉ TIAGO FUNABASHI DOS SANTOS
RG nº 34.936.690-1 SSP/SP
CPF nº 287.451.908-10
Sócio-Administrador
EXPECTA SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA
CNPJ nº 19.985.034/0001-00

Fechar